
RELATÓRIO DE METAS FISCAIS

1º QUADRIMESTRE DE 2022



JUNHO / 2022

1 EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1.1 METAS DE ARRECADAÇÃO

Receitas: Metas x Realizado	Acumulada Meta	Acumulada Receita	Diferença Receita - Meta	% Receita ÷ Meta
Receitas Correntes	127.256.000	180.866.599	53.610.599	142%
Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria	29.806.000	46.060.852	16.254.852	155%
Contribuições	5.743.333	7.010.869	1.267.536	122%
Receita Patrimonial	2.878.167	17.849.799	14.971.632	620%
Receita de Serviços	8.905.333	9.474.261	568.927	106%
Transferências Correntes	78.625.000	98.725.190	20.100.190	126%
Outras Receitas Correntes	1.298.167	1.745.627	447.461	134%
Receitas de Capital	2.283.000	698.036	-1.584.964	31%
Operações de Crédito	1.330.667	698.036	-632.631	52%
Alienação de Bens	333	0	-333	0%
Transferências de Capital	952.000	0	-952.000	0%
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	6.461.000	6.959.360	498.360	108%
TOTAL (Correntes + Capital)	129.539.000	181.564.635	52.025.635	140%

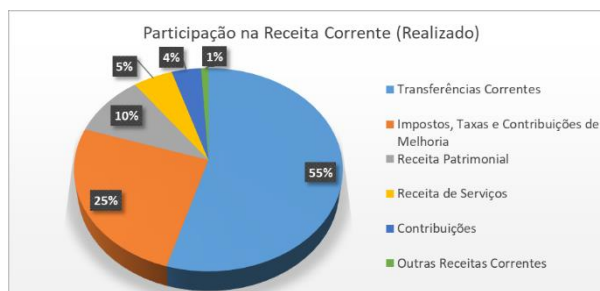
Fonte: RREO ANEXO 1

Pode-se observar, pelo quadro acima, que no 2º bimestre do exercício de 2022, o Município atingiu as metas gerais de arrecadação definidas na Lei Orçamentária Anual, ficando com aproximadamente R\$ 52,025 milhões de superávit, o que representa 140% de atingimento da meta, esta análise leva em consideração apenas as categorias econômicas das receitas correntes e de capital, não fazendo parte do estudo as receitas intra-orçamentárias.

Desmembrando a análise pelas categorias econômicas, as “Receitas Correntes” estão superando a meta em 42%, as origens de recursos que estão acima da meta estipulada em destaque são “Receita Patrimonial” com 620% de atingimento da meta e os “Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria” com 155% de atingimento da meta. Neste período nenhuma das subcategorias ficam abaixo da meta.

Fazendo a análise apenas da categoria econômica “Receitas de Capital” o percentual de atingimento neste período ficou 31% uma vez que houve apenas incidência de receita na categoria econômica “Operações de Crédito” com atingimento de apenas 52% da meta.

Conforme demonstrado no gráfico ao lado, as maiores fatias das receitas correntes são derivadas das “Transferências Correntes” seguida dos “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”, as duas juntas representam 80% de todas as receitas desta categoria.



1.2 METAS DE DESPESA

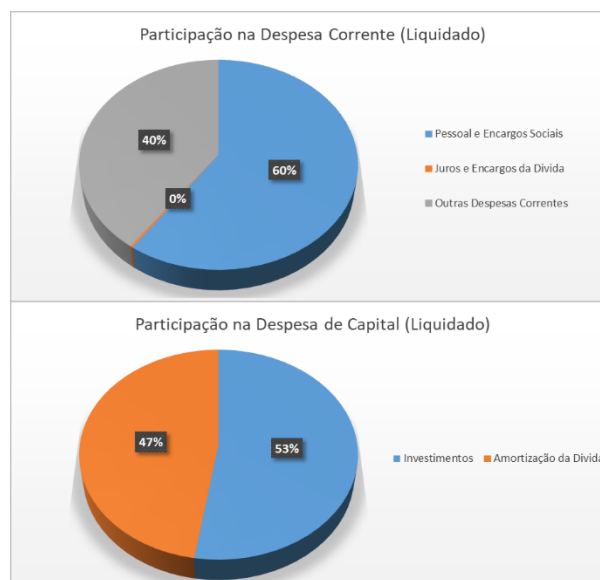
Despesas: Metas x Liquidado	Acumulada	Acumulada	Diferença	%
	Meta Atualizada	Liquidado	Liquid. - Meta	Liquid. ÷ Meta
Despesas Correntes	117.285.834	104.664.335	-12.621.499	89,2%
Pessoal e Encargos Sociais	66.009.243	62.457.411	-3.551.832	94,6%
Juros e Encargos da Dívida	166.667	300.000	133.333	180,0%
Outras Despesas Correntes	51.109.924	41.906.924	-9.203.000	82,0%
Despesas de Capital	18.315.983	5.354.027	-12.961.957	29,2%
Investimentos	16.315.983	2.812.413	-13.503.570	17,2%
Amortização da Dívida	2.000.000	2.541.613	541.613	127,1%
Reserva de Contingência	6.745.000	0	-6.745.000	0,0%
Despesas Intra-Orçamentárias	9.841.566	8.698.199	-1.143.366	88,4%
Superávit	0	69.807.448	69.807.448	0,0%
TOTAL (Corrente + Capital)	135.601.817	110.018.361	-25.583.455	81,1%
TOTAL (Corren. + Cap. + Reser + Intra + Sup.)	152.188.382	188.524.009	-33.471.821	123,9%

Fonte: RREO ANEXO 1

Conforme pode ser observado no quadro acima as despesas correntes e de capital estão abaixo da meta estipulada comparando com os valores liquidados. Os resultados totais das despesas ficaram cerca de R\$ 25,583 milhões abaixo da meta estipulada, alcançando um resultado de 81,1% de despesas realizadas versus gastos previstos, sob a ótica das despesas correntes e de capital.

Na categoria econômica das “Despesas Correntes” o grupo de natureza de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” apresentou um resultado de 94,6% de atingimento da meta, o que é preocupante, uma vez que nesta análise os resultados acima de 100% são os que devem ser evitados e o resultado deste bimestre está muito próximo de ultrapassar este limite, no entanto o valor despendido encontra-se com R\$ 3,551 milhões abaixo do previsto. No grupo de natureza de despesa “Juros e Encargos da Dívida” houve o atingimento de 180,0% da meta, ou seja, acima do que foi planejado, no entanto vale salientar que a meta bimestral é resultado do valor anual orçado dividido por seis períodos, sendo assim não está sendo levado em consideração a sazonalidade das despesas. Ao analisar o grupo de natureza de despesa “Outras Despesas Correntes” o resultado foi de 82,0%.

Já na categoria econômica “Despesas de Capital”, o grupo de natureza de despesa “Amortização da Dívida”, apresenta o resultado de 127,1% da meta. Já no grupo de natureza de despesa “Investimentos” encerrou o bimestre com apenas 17,2% de atingimento da meta, o que pode levar a interpretação de que não estão sendo feitos investimentos no município ou estão sendo realizados de maneira muito lenta.





1.3 GASTOS POR ENTIDADE E ÓRGÃOS DE GOVERNO

Abaixo segue tabela com os dados do orçamento municipal contendo as informações da previsão inicial do exercício, as alterações realizadas no decorrer do ano, os valores de despesas empenhadas, liquidadas e pagas, sendo possível, através dos gráficos dentro dos quadros, identificar quais as unidades que já possuem maior percentual de comprometimento do orçamento previsto (classificação da tabela pelo resultado da coluna % do empenho dividido pela dotação atualizada):

Organograma	Descrição	Dotação Inic.	Dotação Atual.	Empenhado ↓	Liquidado	Pago	% (Emp + Dota. Atual) ↓
2.014	Secretaria Municipal da Segurança e Defesa Social	1.628.629	1.775.971	1.524.372	1.382.688	1.338.781	86%
10.001	Fundo de Segurança contra Incêndio e Pânico FUMSCI	1.068.000	1.428.000	1.125.739	421.574	416.004	79%
2.009	Secretaria Municipal de Finanças	13.256.000	14.256.000	11.090.798	5.309.101	4.961.550	78%
2.021	Secretaria Municipal de Saneamento Básico	31.741.420	31.741.420	22.261.808	5.222.512	5.067.265	70%
2.008	Secretaria Municipal de Administração e Logística	11.163.805	11.163.805	7.457.780	2.385.788	2.296.596	67%
12.001	Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito	3.017.000	3.017.000	1.781.684	708.324	703.378	59%
2.001	Gabinete do Prefeito	2.025.000	2.194.000	1.232.336	660.682	625.190	56%
5.001	Fundo Municipal de Saúde	70.415.018	90.689.524	49.712.358	24.506.824	24.076.616	55%
2.006	Secretaria Municipal de Governo	1.305.900	1.856.100	943.765	423.293	415.501	51%
2.007	Procuradoria Geral do Município	4.896.000	4.896.000	2.417.366	2.131.067	2.096.475	49%
2.011	Secretaria Municipal de Assistência Social	7.475.000	7.509.500	3.688.595	2.138.958	2.052.112	49%
2.012	Secretaria Municipal de Educação	149.432.630	158.287.238	73.623.134	51.483.114	46.805.326	47%
2.005	Secretaria Municipal de Comunicação Social	1.569.000	1.599.000	700.821	424.300	414.177	44%
8.001	Fundação Hospitalar de Navegantes	121.000	121.000	47.774	18.943	18.943	39%
2.013	Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	2.571.500	3.547.784	1.391.352	817.217	796.576	39%
2.016	Secretaria Municipal de Obras	37.947.629	51.080.276	19.824.821	7.587.235	7.442.062	39%
2.017	Secretaria Municipal de Gestão e Controle	1.050.000	1.050.000	390.349	315.570	301.687	37%
1.001	Câmara Municipal de Vereadores	5.955.000	5.955.000	2.189.849	1.763.853	1.763.853	37%
2.020	Secretaria Municipal de Planejamento Urbano	3.330.000	3.330.000	1.024.752	727.296	698.596	31%
2.018	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita	6.250.000	6.250.000	1.902.956	1.475.065	1.421.081	30%
9.001	Instituto Ambiental de Navegantes - IAN	2.148.000	2.198.000	666.264	511.056	486.757	30%
4.001	Fundação Municipal de Esportes	2.695.469	3.133.049	877.705	468.014	421.192	28%
6.001	Fundação Municipal de Cultura	2.082.000	2.550.481	541.000	336.061	332.590	21%
2.002	Gabinete do Vice Prefeito	521.000	521.000	108.095	108.095	102.571	21%
13.001	Instituto de Previdência Social dos Servidores Mun	39.900.000	39.900.000	7.249.100	7.041.386	7.005.120	18%
7.001	Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente	260.000	260.000	33.967	9.382	8.312	13%
2.015	Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte	2.417.000	4.147.000	469.370	277.975	269.725	11%
3.001	Fundo Municipal de Assistência Social	1.758.000	2.108.000	165.463	60.119	59.068	8%
Total		408.000.000	456.565.147	214.438.322	118.715.491	112.397.105	47%

1.4 GASTOS POR FUNÇÃO DE GOVERNO

Função	Descrição	Dotação Inic.	Dotação Atual.	Empenhado ↓	Liquidado	Pago	% (Emp + Dota. Atual) ↓
28	Encargos Especiais	8.506.000	9.506.000	9.306.000	4.395.212	4.068.758	98%
25	Energia	7.050.000	7.050.000	5.617.984	1.239.759	1.239.759	80%
26	Transporte	404.000	404.000	305.883	19.883	19.883	76%
6	Segurança Pública	5.713.629	6.220.971	4.431.795	2.512.586	2.458.163	71%
17	Saneamento	31.744.420	31.744.420	22.261.808	5.222.512	5.067.265	70%
10	Saúde	70.536.018	90.810.524	49.760.131	24.525.767	24.095.559	55%
4	Administração	26.034.705	26.783.905	14.505.277	6.694.122	6.457.036	54%
2	Judiciária	4.795.000	4.795.000	2.413.031	2.128.923	2.094.331	50%
12	Educação	149.432.630	158.287.238	73.623.134	51.483.114	46.805.326	47%
8	Assistência Social	9.493.000	9.877.500	3.883.024	2.208.459	2.119.492	39%
20	Agricultura	2.571.500	3.547.784	1.391.352	817.217	796.576	39%
1	Legislativa	5.955.000	5.955.000	2.189.849	1.763.853	1.763.853	37%
9	Previdência Social	21.165.000	21.165.000	7.249.100	7.041.386	7.005.120	34%
15	Urbanismo	33.820.629	46.953.276	14.925.705	7.054.889	6.881.015	32%
18	Gestão Ambiental	2.152.000	2.202.000	666.264	511.056	486.757	30%
27	Desporto e Lazer	2.695.469	3.133.049	877.705	468.014	421.192	28%
13	Cultura	2.082.000	2.550.481	541.000	336.061	332.590	21%
23	Comércio e Serviços	2.413.000	4.143.000	469.370	277.975	269.725	11%
3	Essencial à Justiça	101.000	101.000	4.335	2.145	2.145	4%
11	Trabalho	1.100.000	1.100.000	15.573	12.560	12.560	1%
99	Reserva de Contingência	20.235.000	20.235.000	0	0	0	0%
Total		408.000.000	456.565.147	214.438.322	118.715.491	112.397.105	47%





1.5 GASTOS POR SUBFUNÇÃO DE GOVERNO

Subfunção	Descrição	Dotação Inic.	Dotação Atual.	Empenhado ↓	Liquidado	Pago	% (Emp ÷ Dota. Atual) ↓
846	Outros Encargos Especiais	3.006.000	3.006.000	3.006.000	1.553.599	1.227.144	100%
843	Serviço da Dívida Interna	5.500.000	6.500.000	6.300.000	2.841.613	2.841.613	97%
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	17.983.259	20.616.015	19.383.433	5.596.185	5.591.972	94%
181	Policimento	1.628.629	1.775.971	1.524.372	1.382.688	1.338.781	86%
752	Energia Elétrica	7.050.000	7.050.000	5.617.984	1.239.759	1.239.759	80%
182	Defesa Civil	1.068.000	1.428.000	1.125.739	421.574	416.004	79%
306	Alimentação e Nutrição	4.400.000	4.819.576	3.651.167	1.124.474	1.008.178	76%
782	Transporte Rodoviário	404.000	404.000	305.883	19.883	19.883	76%
512	Saneamento Básico Urbano	31.741.420	31.741.420	22.261.808	5.222.512	5.067.265	70%
122	Administração Geral	11.163.805	11.163.805	7.457.780	2.385.788	2.296.596	67%
181	Policimento	3.017.000	3.017.000	1.781.684	708.324	703.378	59%
122	Administração Geral	2.025.000	2.194.000	1.232.336	660.682	625.190	56%
811	Desporto de Rendimento	350.000	350.000	195.660	57.784	37.212	56%
123	Administração Financeira	3.250.000	3.250.000	1.784.798	913.889	892.792	55%
303	Suporte Profilático e Terapêutico	1.700.000	1.850.000	976.163	802.284	801.408	53%
121	Planejamento e Orçamento	1.305.900	1.856.100	943.765	423.293	415.501	51%
61	Ação Judiciária	4.795.000	4.795.000	2.413.031	2.128.923	2.094.331	50%
244	Assistência Comunitária	6.105.000	6.139.500	3.071.038	1.873.173	1.816.301	50%
361	Ensino Fundamental	78.370.630	84.682.630	41.941.041	29.699.875	26.547.280	50%
367	Educação Especial	1.351.000	1.351.000	643.564	496.871	476.641	48%
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.115.000	1.115.000	516.450	228.817	198.843	46%
301	Atenção Básica	49.568.500	65.960.250	28.961.456	17.952.813	17.527.694	44%
131	Comunicação Social	1.569.000	1.599.000	700.821	424.300	414.177	44%
241	Assistência ao Idoso	220.000	220.000	96.107	36.967	36.967	44%
365	Educação Infantil	65.166.000	67.289.032	27.382.362	20.161.894	18.773.227	41%
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	121.000	121.000	47.774	18.943	18.943	39%
452	Serviços Urbanos	21.100.000	23.561.697	9.254.535	5.148.243	5.021.171	39%
606	Extensão Rural	2.571.500	3.547.784	1.391.352	817.217	796.576	39%
125	Normatização e Fiscalização	1.050.000	1.050.000	390.349	315.570	301.687	37%
31	Ação Legislativa	5.955.000	5.955.000	2.189.849	1.763.853	1.763.853	37%
129	Administração de Receitas	5.150.000	5.150.000	1.887.383	1.462.505	1.408.521	37%
272	Previdência do Regime Estatutário	21.165.000	21.165.000	7.249.100	7.041.386	7.005.120	34%
451	Infra-Estrutura Urbana	3.330.000	3.330.000	1.024.752	727.296	698.596	31%
541	Preservação e Conservação Ambiental	2.148.000	2.198.000	666.264	511.056	486.757	30%
812	Desporto Comunitário	2.345.469	2.783.049	682.044	410.230	383.980	25%
451	Infra-Estrutura Urbana	9.390.629	20.061.580	4.646.418	1.179.350	1.161.248	23%
392	Difusão Cultural	2.082.000	2.550.481	541.000	336.061	332.590	21%
122	Administração Geral	521.000	521.000	108.095	108.095	102.571	21%
305	Vigilância Epidemiológica	1.163.259	2.263.259	391.306	155.542	155.542	17%
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	260.000	260.000	33.967	9.382	8.312	13%
695	Turismo	2.413.000	4.143.000	469.370	277.975	269.725	11%
244	Assistência Comunitária	1.560.000	1.910.000	163.579	60.119	59.068	9%
92	Representação Judicial e Extrajudicial	101.000	101.000	4.335	2.145	2.145	4%
366	Educação de Jovens e Adultos	145.000	145.000	5.000	0	0	3%
334	Fomento ao Trabalho	1.100.000	1.100.000	15.573	12.560	12.560	1%
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	198.000	198.000	1.884	0	0	1%
999	Reserva de Contingência	1.500.000	1.500.000	0	0	0	0%
242	Assistência ao Portador de Deficiência	35.000	35.000	0	0	0	0%
541	Preservação e Conservação Ambiental	4.000	4.000	0	0	0	0%
512	Saneamento Básico Urbano	3.000	3.000	0	0	0	0%
999	Reserva de Contingência	18.735.000	18.735.000	0	0	0	0%
Total		408.000.000	456.565.147	214.438.322	118.715.491	112.397.105	47%

1.6 GASTOS POR PROGRAMA DE GOVERNO

Programa	Descrição	Dotação Inic.	Dotação Atual.	Empenhado ↓	Liquidado	Pago	% (Emp ÷ Dota. Atual) ↓
9	Caminho do Desenvolvimento da Segurança, Trânsito e Defesa Social	12.763.629	13.270.971	10.049.780	3.752.345	3.697.922	76%
12	Caminho do Desenvolvimento da Água e Saneamento	31.744.420	31.744.420	22.261.808	5.222.512	5.067.265	70%
7	Caminho do Desenvolvimento da Saúde	70.536.018	90.810.524	49.760.131	24.525.767	24.095.559	55%
8	Caminho do Desenvolvimento da Educação	149.432.630	158.287.238	73.623.134	51.483.114	46.805.326	47%
11	Caminho do Desenvolvimento da Infraestrutura	23.564.000	27.976.474	11.776.976	6.230.904	6.099.847	42%
2	Caminho do Desenvolvimento da Gestão Pública	75.686.705	77.435.905	31.990.359	18.799.282	18.218.868	41%
10	Caminho do Desenvolvimento da Assistência Social, Trabalho e Habitação	9.493.000	9.877.500	3.883.024	2.208.459	2.119.492	39%
5	Caminho do Desenvolvimento da Pesca e Agricultura	2.571.500	3.547.784	1.391.352	817.217	796.576	39%
1	Caminho do Desenvolvimento do Processo Legislativo	5.955.000	5.955.000	2.189.849	1.763.853	1.763.853	37%
3	Caminho do Desenvolvimento do Comércio, Indústria e Serviços	6.250.000	6.250.000	1.902.956	1.475.065	1.421.081	30%
13	Caminho do Desenvolvimento do Meio Ambiente	2.148.000	2.198.000	666.264	511.056	486.757	30%
6	Caminho do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Esporte	7.194.469	9.830.529	1.888.075	1.082.050	1.023.508	19%
14	Caminho do Desenvolvimento da Mobilidade Urbana	10.660.629	19.380.802	3.454.613	843.868	801.051	18%
Total		408.000.000	456.565.147	214.438.322	118.715.491	112.397.105	47%





1.7 GASTOS POR FUNÇÕES E AÇÕES DE GOVERNO

A tabela abaixo evidência os desembolsos da Administração Pública Municipal, nos poderes Executivo e Legislativo, por cada ação (projeto/atividade) de governo (classificação da tabela pela coluna “% Orçamento Atualizado x Pago”):

Ação	Descrição	Dotação Inic.	Dotação Atual.	Empenhado	Liquidado	Pago ↓	% (Pago ÷ Dota. Atual) ↓
2027	Manutenção da Secretaria de Segurança e Defesa Civil	1.445.629	1.505.849	1.433.856	1.330.317	1.295.052	86%
1	Pagamento de Precatórios Judiciais	1.300.000	1.300.000	1.032.300	1.032.300	1.032.300	79%
2	Pagamento de Encargos e Amortização da Dívida Pública	5.500.000	6.500.000	6.300.000	2.841.613	2.841.613	44%
2057	Grupos de Financiamentos da Assistência Farmacêutica	1.700.000	1.850.000	976.163	802.284	801.408	43%
1020	Aquisição de Veículos e Equipamentos para o FUMSCI	200.000	200.000	84.054	84.054	84.054	42%
3	Pagamento do PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	3.006.000	3.006.000	3.006.000	1.553.599	1.227.144	41%
2013	Manutenção e Funcionamento do Programa de Atenção ao Idoso - PAI	100.000	100.000	96.107	36.967	36.967	37%
2078	Manutenção e Funcionamento da Educação Especial	1.351.000	1.351.000	643.564	496.871	476.641	35%
2075	Manutenção dos Benefícios Previdenciários	18.015.000	18.015.000	6.350.011	6.350.011	6.350.011	35%
2020	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	72.829.630	76.653.358	36.415.511	28.825.876	25.681.155	34%
2053	Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde	38.323.335	45.797.837	23.087.451	15.235.930	14.843.895	32%
2001	Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores	5.455.000	5.455.000	2.189.849	1.763.853	1.763.853	32%
2018	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Educação	605.000	605.000	540.208	202.233	194.360	32%
2007	Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município	3.450.000	3.450.000	1.378.987	1.094.878	1.060.286	31%
2069	Manutenção e Funcionamento da Fundação de Trânsito	1.240.000	1.240.000	528.721	384.460	379.657	31%
2073	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/SC - Polícia Militar	197.000	197.000	60.000	60.000	60.000	30%
2012	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Assistência Social	6.105.000	6.139.500	3.071.038	1.873.173	1.816.301	30%
2021	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	61.665.000	63.788.032	26.510.399	19.838.484	18.503.795	29%
2034	Manutenção da Secretaria de Gestão e Controle	1.050.000	1.050.000	390.349	315.570	301.687	29%
2002	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito	2.000.000	2.169.000	1.227.078	655.424	619.932	29%
2068	Manutenção e Funcionamento do FUMSCI - Apoio Operacional e Administrativo	818.000	1.178.000	1.041.685	337.520	331.950	28%
2004	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Comunicação Social	849.000	879.000	343.632	253.562	243.439	28%
2054	Grupos de Financiamentos da Atenção Básica em Saúde	7.552.000	8.552.000	4.424.409	2.378.243	2.353.985	28%
2011	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Finanças	3.250.000	3.250.000	1.784.798	913.889	892.792	27%
2035	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	5.150.000	5.150.000	1.887.383	1.462.505	1.408.521	27%
2055	Grupos de Financiamentos da Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC	17.883.259	20.516.015	19.383.433	5.596.185	5.591.972	27%
1009	Investimentos em Ações de Infra-Estrutura Urbana	2.060.000	4.010.778	2.216.558	1.062.779	1.058.793	26%
2074	Manutenção das Atividades do Instituto de Previdência	2.060.000	2.060.000	744.566	536.853	500.587	24%
2066	Manutenção do Instituto Ambiental de Navegantes - IAN	2.050.000	2.050.000	616.354	511.056	486.757	24%
2005	Criação e Desenvolvimento de Campanhas Institucionais	720.000	720.000	357.189	170.738	170.738	24%
2061	Manutenção das Ações da Fundação Municipal de Cultura	1.416.000	1.416.000	524.743	328.804	325.334	23%
2028	Manutenção da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes	908.000	908.000	359.854	215.225	206.975	23%
2059	Manutenção dos Programas Vinculados com a Secretaria Estadual de Saúde	803.000	1.369.000	1.064.748	317.640	308.814	23%
2025	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	2.469.500	2.469.500	911.352	577.217	556.576	23%
2006	Manutenção e Funcionamento da Secretaria Municipal de Governo	1.305.900	1.856.100	943.765	423.293	415.501	22%
1005	Investimentos em Ações de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca	102.000	1.078.284	480.000	240.000	240.000	22%
2032	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Obras	20.950.000	23.411.697	9.254.535	5.148.243	5.021.171	21%
2050	Manutenção e Funcionamento da Fundação de Esportes	1.793.000	1.793.000	682.044	410.230	383.980	21%
2039	Manutenção da Secretaria de Saneamento Básico	22.600.000	22.600.000	18.446.709	4.983.668	4.828.421	21%
2009	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração e Logística	10.832.805	10.832.805	7.308.385	2.381.443	2.292.252	21%
2022	Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental	2.200.000	2.367.830	1.755.330	569.534	499.017	21%
2037	Manutenção e Funcionamento da Casa dos Conselhos	25.000	25.000	5.258	5.258	5.258	21%
2038	Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano	3.330.000	3.330.000	1.024.752	727.296	698.596	21%
2023	Manutenção da Merenda Escolar do Educação Infantil e Creches	2.200.000	2.451.746	1.895.838	554.940	509.160	21%
1022	Ampliação e Recuperação da Sinalização Viária	200.000	200.000	185.700	41.316	41.316	21%
2026	Manutenção do Convênio Polícia Militar - Rádio Patrulha	131.000	218.122	87.720	49.575	43.729	20%
2003	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Vice-Prefeito	521.000	521.000	108.095	108.095	102.571	20%
2070	Manutenção e Funcionamento Fiscalização de Trânsito - Convênio de Trânsito	950.000	950.000	783.933	185.667	185.524	20%
2014	Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal	320.000	320.000	286.404	80.111	59.677	19%
2052	Manutenção e Funcionamento do Bolsa Atleta	200.000	200.000	195.660	57.784	37.212	19%
2076	Manutenção do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	840.000	840.000	153.056	153.056	153.056	18%
1012	Ampliação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública	7.050.000	7.050.000	5.617.984	1.239.759	1.239.759	18%
2015	Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar	795.000	795.000	230.045	148.706	139.166	18%
2065	Manutenção da Fundação Hospitalar de Navegantes	118.000	118.000	47.774	18.943	18.943	16%
2071	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/SC - Polícia Civil	230.000	230.000	123.331	36.881	36.881	16%
2084	Manutenção e Funcionamento da Escola Municipal de Administração Pública - EM	31.000	31.000	4.344	4.344	4.344	14%
1003	Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Fundamental	3.201.000	5.689.271	4.724.323	615.766	615.766	11%
1004	Investimentos em Ações de Melhoria do Ensino Infantil	3.501.000	3.501.000	871.963	323.410	269.432	8%
2047	Manutenção do Piso Básico Fixo	349.000	349.000	29.388	26.812	26.812	8%
2056	Grupos de Financiamentos da Vigilância em Saúde	1.163.259	2.263.259	391.306	155.542	155.542	7%
1014	Investimentos em Estrutura Física e Equipamentos na Assistência Social	204.000	404.000	44.466	21.446	21.446	5%
1010	Investimentos em Equipamentos da Secretaria de Obras	404.000	404.000	305.883	19.883	19.883	5%
2083	Manutenção e Funcionamento da Corregedoria	45.000	45.000	1.745	1.745	1.745	4%
2024	Manutenção do Transporte Escolar	1.735.000	1.735.000	261.000	56.000	56.000	3%
2064	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	260.000	260.000	33.967	9.382	8.312	3%
2033	Manutenção dos Serviços de Limpeza e Conservação de Vias Públicas	8.000.000	8.000.000	3.815.099	238.844	238.844	3%
2077	Manutenção do Programa Pré e Pós Aposentadoria	50.000	50.000	1.467	1.467	1.467	3%
2040	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social	276.000	276.000	54.603	8.117	7.066	3%
2008	Manutenção e Funcionamento do PROCON	101.000	101.000	4.335	2.145	2.145	2%
2029	Manutenção dos Eventos Turísticos e de Lazer do Município	1.400.000	3.130.000	109.515	62.750	62.750	2%
2041	Manutenção do Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI	188.000	188.000	6.517	3.744	3.744	2%
2062	Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Cultura	603.000	603.457	16.257	7.257	7.257	1%





1025	Investimentos em Ações de Desenvolvimento Econômico	1.100.000	1.100.000	15.573	12.560	12.560	1%
1008	Pavimentação e Recuperação de Vias e Eixos Estruturantes	7.330.629	16.050.802	2.429.860	116.571	102.455	1%
1016	Investimentos em Equipamentos, Veículos e Estrutura Física de Saúde	2.830.165	10.181.413	382.847	21.000	21.000	0%
1001	Investimentos em Bens Imóveis e Móveis do Poder Legislativo	500.000	500.000	0	0	0	0%
999	Reserva de Contingência	1.500.000	1.500.000	0	0	0	0%
1002	Investimentos em Ações de Melhoria da Estrutura Física do Paço Municipal	300.000	300.000	145.000	0	0	0%
1006	Investimento em Ações de Segurança Pública e Defesa Civil	52.000	52.000	2.796	2.796	0	0%
1007	Investimentos em Ações de Turismo, Cultura e Esportes	52.000	52.000	0	0	0	0%
1011	Implantação de Obras de Saneamento e/ou Macrodrenagem	3.000	3.000	0	0	0	0%
1013	Investimentos em Ações de Drenagem e Saneamento Básico	1.141.420	1.141.420	0	0	0	0%
2016	Manutenção do Programa do Benefício de Prestação Continuada Idoso/Portador de	35.000	35.000	0	0	0	0%
2017	Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	120.000	120.000	0	0	0	0%
2019	Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos	145.000	145.000	5.000	0	0	0%
2030	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Turismo	53.000	53.000	0	0	0	0%
2031	Manutenção do Fundo Municipal para Conservação da Praia - FUMCOP	4.000	4.000	0	0	0	0%
2085	Manutenção e Conservação de Prédios Públicos	150.000	150.000	0	0	0	0%
2042	Manutenção do Piso Fixo de Média Complexidade - MSE	71.000	71.000	0	0	0	0%
2043	Manutenção do Piso Fixo de Média Complexidade - ABORDAGEM SOCIAL	71.000	71.000	4.447	0	0	0%
2044	Manutenção do Piso de Transição de Média Complexidade	10.000	10.000	0	0	0	0%
2045	Manutenção do Programa do Piso de Alta Complexidade I - Criança/ Adolescente	106.000	106.000	1.884	0	0	0%
2046	Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	130.000	130.000	1.331	0	0	0%
2048	Manutenção da Gestão do Programa Bolsa Família - IGDBF/SUAS	150.000	150.000	0	0	0	0%
2049	Manutenção dos Programas Sociais com a Secretaria Estadual	70.000	70.000	0	0	0	0%
2079	Manutenção do Programa IGD/SUAS	14.000	14.000	0	0	0	0%
2080	Manutenção do Programa de Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Tr	92.000	92.000	0	0	0	0%
2081	Manutenção do Programa de Benefícios Eventuais	27.000	177.000	22.826	0	0	0%
1015	Investimentos no Esporte e Construção e Reforma de Espaços Esportivos	552.469	990.049	0	0	0	0%
2051	Manutenção e Funcionamento do FUNDEL	150.000	150.000	0	0	0	0%
2058	Grupos de Financiamentos da Gestão do SUAS	60.000	60.000	2.000	0	0	0%
2082	Grupos de Financiamentos da Atenção Especializada	100.000	100.000	0	0	0	0%
1017	Investimentos em Ações da Fundação Municipal de Cultura	63.000	531.023	0	0	0	0%
1018	Investimentos em Equipamentos e Estrutura Física da Fundação Hospitalar	3.000	3.000	0	0	0	0%
1019	Investimentos em Ações do Instituto Ambiental de Navegantes - IAN	53.000	53.000	0	0	0	0%
2067	Custeios e Investimentos com Recursos da Compensação Ambiental	45.000	95.000	49.910	0	0	0%
1021	Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar	50.000	50.000	0	0	0	0%
1023	Investimentos em Equipamentos de Vigilância e Trânsito	200.000	200.000	100.000	0	0	0%
799	Reserva Orçamentária do RPPS	18.735.000	18.735.000	0	0	0	0%
1024	Aquisição de terreno e construção da sede do Instituto de Previdência	200.000	200.000	0	0	0	0%
Total		408.000.000	456.565.147	214.438.322	118.715.491	112.397.105	25%





1.8 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (CORRENTE + CAPITAL + INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)

Receitas Realizadas até o 1º Bimestre (Incluindo Intra-Orçamentárias)	R\$ 188.523.994,97
--	---------------------------

Classificação	Empenhadas	Liquidadas
Despesas Correntes	R\$ 172.281.462,47	R\$ 104.664.334,81
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 62.588.144,25	R\$ 62.457.410,92
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 109.393.318,22	R\$ 41.906.923,89

Despesas de Capital	R\$ 18.228.032,58	R\$ 5.354.026,66
Investimentos	R\$ 12.228.032,58	R\$ 2.812.413,43
Amortização da Dívida	R\$ 6.000.000,00	R\$ 2.541.613,23

Reserva de Contingência	R\$ -	R\$ -
--------------------------------	--------------	--------------

Despesas Intra-Orçamentárias	R\$ 23.929.897,09	R\$ 8.698.199,49
-------------------------------------	--------------------------	-------------------------

Total Despesas	R\$ 214.439.392,14	R\$ 118.716.560,96
-----------------------	---------------------------	---------------------------

Resultado Orçamentário	-R\$ 25.915.397,17	R\$ 69.807.434,01
% Comprometido da Receita	114%	63%

Fonte: RREO ANEXO 1

O resultado orçamentário, ao final de um exercício financeiro, é representado subtraindo-se da Receita Arrecadada, as despesas empenhadas no referido exercício. No entanto, no decorrer do ano, deve ser avaliada/acompanhada tomando-se por base as despesas efetivamente realizadas (liquidadas), em virtude de empenhos dos tipos “Global” e “Estimativa”. Pela visão das despesas liquidadas, alcançou-se neste 2º bimestre de 2022 um superávit orçamentário de R\$ 68,807 milhões resultando em um comprometimento de 63% da arrecadação do período. Pela visão das despesas empenhadas, o resultado alcançado também foi deficitário, em R\$ 25,915 milhões resultando em um comprometimento de 114% da arrecadação do período.



1.9 COMPARAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS (CORRENTE + CAPITAL)

Receitas e Despesas (Valores Acumulados)	2º Bim/22
Receitas Correntes Prevista	127.256.000,00
Receitas de Capital Prevista	2.283.000,00
Total Receitas Prevista	129.539.000,00
Receitas Correntes Realizada	180.866.599,06
Receitas de Capital Realizada	698.035,93
Total de Receitas Realizada	181.564.634,99
% Receita Corrente Realizada / Prevista	142,1%
% Receita de Capital Realizada / Prevista	30,6%
% Receita Total Realizada / Receita Total Prevista	140,2%
Despesas Correntes Prevista	117.285.833,70
Despesas de Capital Prevista	18.315.983,19
Total Despesas Prevista	135.601.816,89
Despesas Correntes Liquidada	104.664.334,81
Despesas de Capital Liquidada	5.354.026,66
Total de Despesas Liquidadas	110.018.361,47
% Despesas Corrente Liquidada / Prevista	89,2%
% Despesa de Capital Liquidada / Prevista	29,2%
% Despesa Total Liquidada / Despesa Total Prevista	81,1%
% Despesa Liquidadas / Receita Realizada	60,6%
Meta	100,0%

Fonte: RREO ANEXO 1 + Sistema SAPO: Metas de Arrecadação e Cronograma de Desembolso

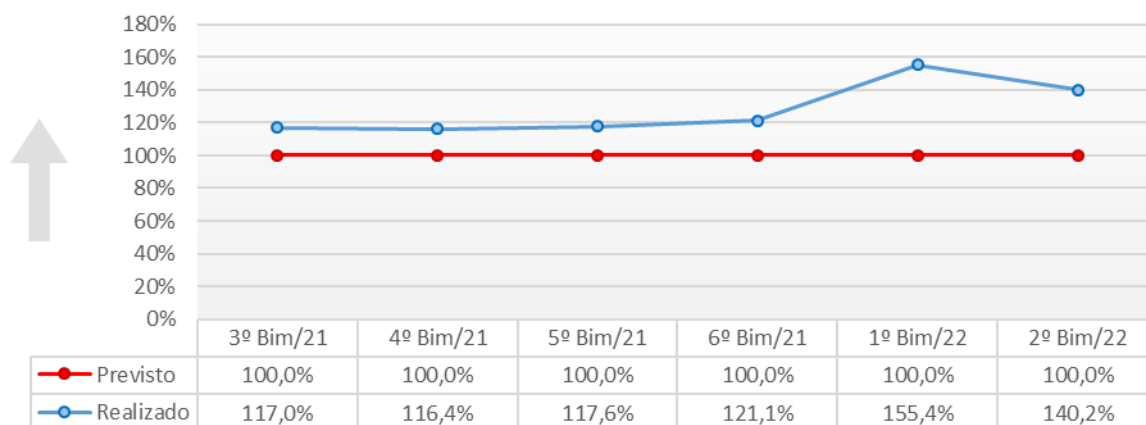
Pelos dados acima apresentados, podemos concluir que para cada R\$ 1,00 de receita corrente prevista o Município arrecadou R\$ 1,42 e para cada R\$ 1,00 de receita de capital prevista o Município arrecadou R\$ 0,31. Analisando o total da receita arrecadada, constatamos que o Município arrecadou R\$ 1,40, para cada R\$ 1,00 que havia previsto, consequentemente está cumprindo o disposto no artigo 13, da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Analisando as despesas pelo mesmo critério, concluímos que para cada R\$ 1,00 de despesa corrente prevista o Município realizou, R\$ 0,89. Para cada R\$ 1,00 de despesa de capital prevista, o Município realizou R\$ 0,29. Com relação ao total de gastos efetuados pelo Município, concluímos que foram realizados R\$ 0,81 para cada R\$ 1,00 de despesas que havia previsto.

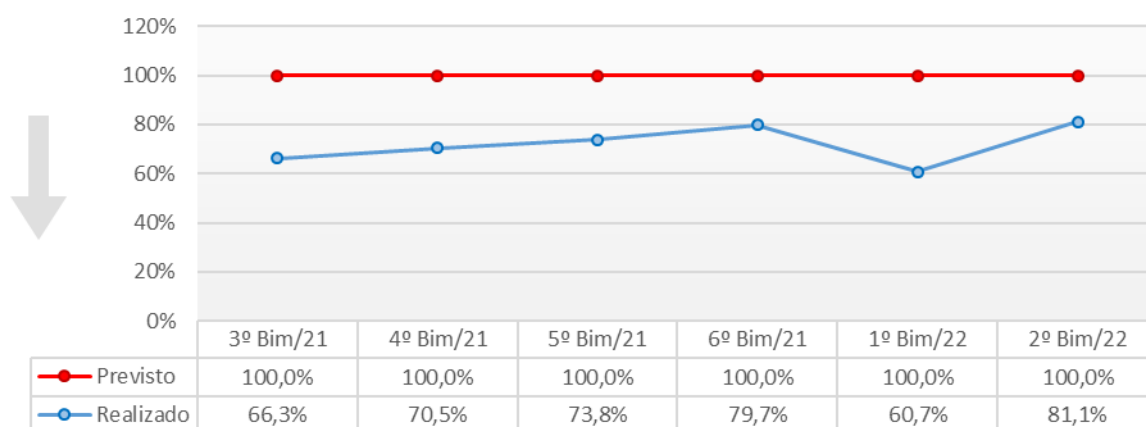
Do confronto entre o total de receita e despesas realizadas, concluímos que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada o município comprometeu com despesas a importância de apenas R\$ 0,61. Estes dados apontam para o fechamento com superávit orçamentário, cumprindo desta forma o artigo 48, alínea “b” da lei 4320/64 e o artigo primeiro, parágrafo primeiro da Lei Complementar 101/2000.

Para efeito desta análise não estão sendo levado em consideração as informações de receitas e despesas intra-orçamentárias.

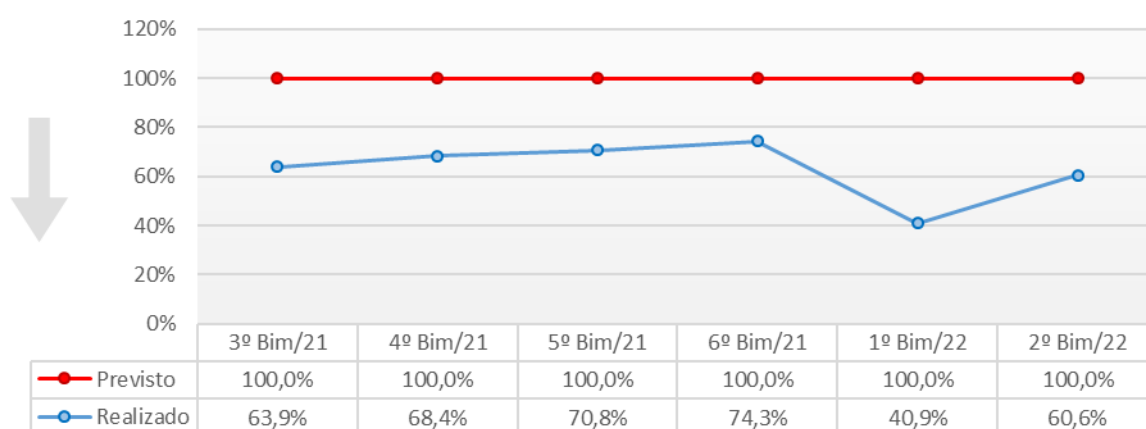
% Receita Realizada / Receita Prevista



% Despesa Liquidada / Despesa Prevista



% Despesa Liquidadas / Receita Realizada



1.10 RESULTADO PRIMÁRIO

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Receita Primária	87.935.690	163.038.038				
Despesa Primária	51.270.318	132.015.601				

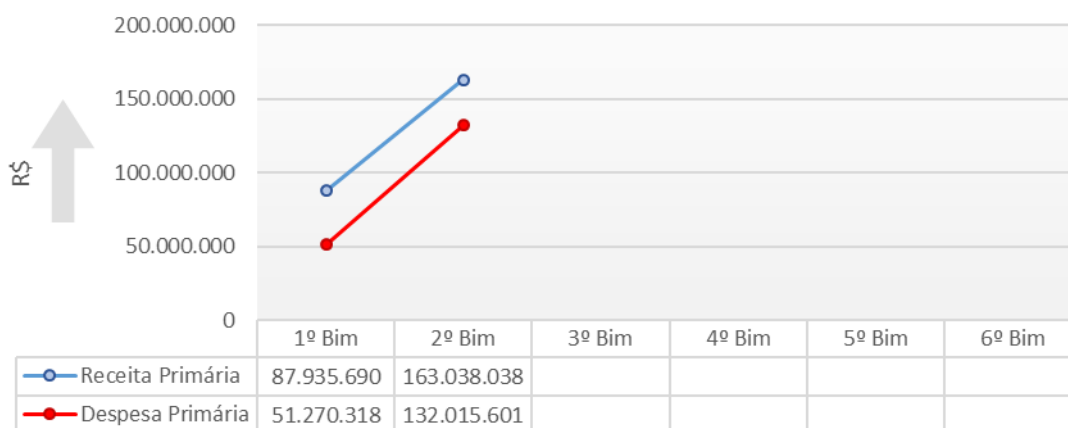
Resultado Primário	36.665.372	31.022.437				
% Rec x Des	172%	123%				
Meta	22.721.500	22.721.500				

Fonte: RREO ANEXO 6

O resultado primário é um indicativo da capacidade dos governos em gerar receitas em volume suficiente para pagar suas contas usuais, sem que seja comprometida sua capacidade de administrar a dívida existente. De acordo com Manual de Demonstrativos Fiscais: Resultado primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não-financeiras).

Neste contexto, podemos evidenciar que no 2º bimestre de 2022 o município teve um resultado primário superavitário no montante de aproximadamente R\$ 31,022 milhões, sendo que esta análise leva em conta as despesas pagas.

Resultado Primário (Acumulado)



1.11 RESULTADO NOMINAL

O resultado nominal é o conceito fiscal amplo e representa a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), em determinado período. Essa diferença corresponde à Necessidade de Financiamento do Setor Público. De acordo com Manual de Demonstrativos Fiscais: O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida.

O critério apresentado primeiramente é chamado de “critério acima da linha”, é demonstrado a partir do cálculo dos resultados da diferença entre receitas e despesas e seu acompanhamento é realizado período a período.

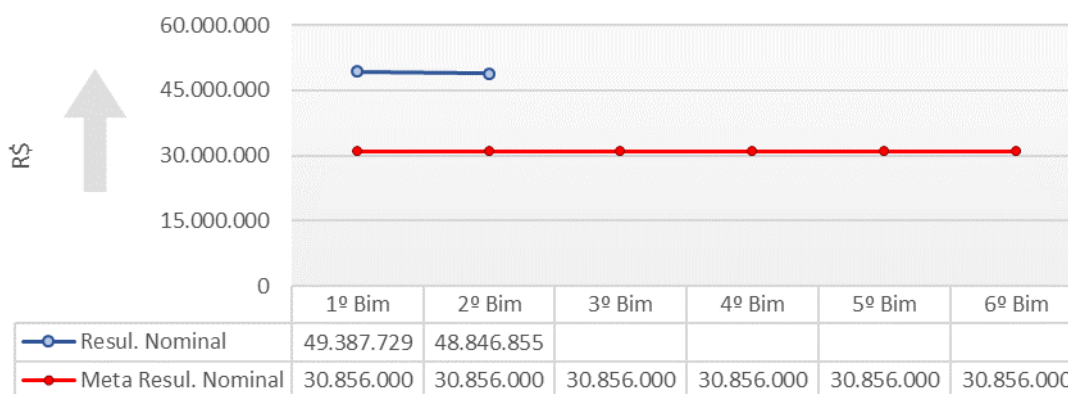
Resultado Nominal - Acima da Linha

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)	36.665.372	31.022.437				
(+) Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	12.722.357	17.824.417				
(-) Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	0	0				

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII)	49.387.729	48.846.855				
Meta Resultado Nominal - Acima da Linha	30.856.000	30.856.000	30.856.000	30.856.000	30.856.000	30.856.000

Fonte: RREO ANEXO 6

Resultado Nominal - Acima da Linha



Pelos dados apresentados, o resultado alcançado no exercício se encontra acima da meta estipulada.

O segundo critério apresentado é outra forma de calcular o resultado nominal chamado de “critério abaixo da linha”, onde utiliza-se a variação da dívida líquida em comparação com o resultado do exercício anterior.

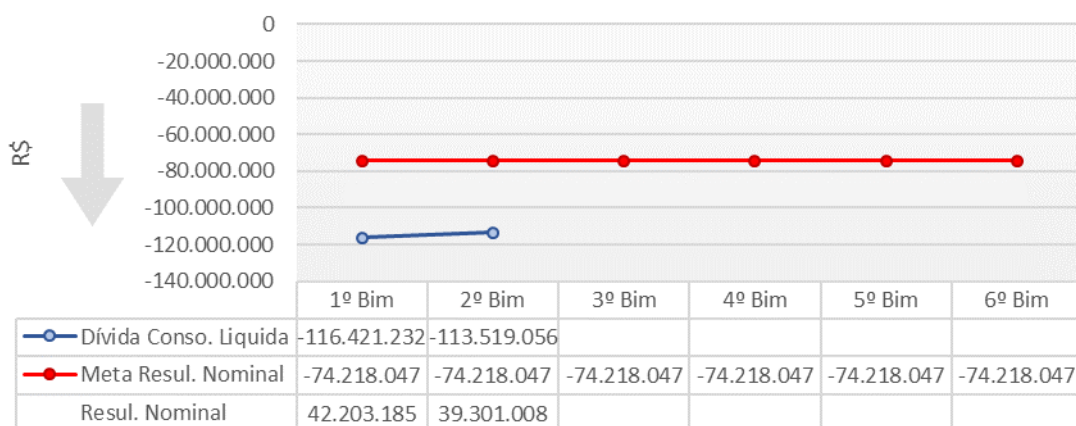
Resultado Nominal - Abaixo da Linha

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2021
Dívida Consolidada	36.423.644	34.997.023					37.812.831
Deduções (Disp. de Caixa - Rest. Pag. Proces.)	152.844.876	148.516.079					112.030.879
Dívida Consolidada Líquida	-116.421.232	-113.519.056					-74.218.047

RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII)	42.203.185	39.301.008					
Meta Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-74.218.047	-74.218.047	-74.218.047	-74.218.047	-74.218.047	-74.218.047	

Fonte: RREO ANEXO 6

Resultado Nominal - Abaixo da Linha



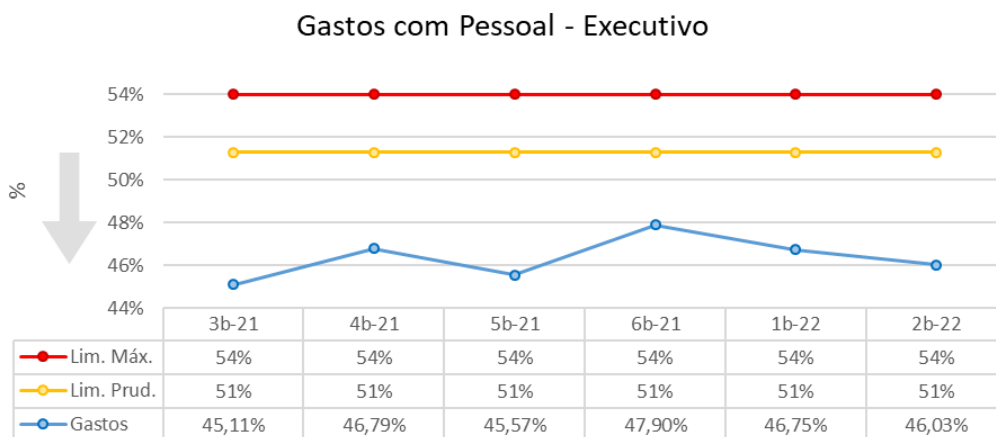
Pelos dados apresentados, o resultado deste bimestre por este critério ficou negativo, o que é bom, e também abaixo da meta estipulada que é o resultado final do exercício anterior, o que também é bom, pois o valor alcançado neste período significa que a dívida diminuiu em comparação com o exercício anterior.

2 LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LRF

2.1 LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL

Valor Acumulado	3b-21	4b-21	5b-21	6b-21	1b-22	2b-22
Receita Corrente Líquida Ajustada (últimos 12 meses)	370.300.885	370.973.367	387.745.239	377.434.572	399.235.504	415.364.908
Limite máximo de gastos com pessoal - Poder Executivo (54%)	199.962.478	200.325.618	209.382.429	203.814.669	215.587.172	224.297.050
Limite prudencial de gastos com pessoal - Poder Executivo (51,3%)	189.964.354	190.309.337	198.913.308	193.623.936	204.807.813	213.082.198
Gastos com pessoal do Poder Executivo (12 meses)	167.046.712	173.572.476	176.706.026	180.789.260	186.632.058	191.175.420
Percentual de gastos com pessoal - Poder Executivo	45,11%	46,79%	45,57%	47,90%	46,75%	46,03%
Limite máximo de gastos com pessoal - Poder Legislativo (6%)	22.218.053	22.258.402	23.264.714	22.646.074	23.954.130	24.921.894
Gastos com pessoal do Poder Legislativo (12 meses)	3.689.278	3.624.484	3.551.111	3.211.900	3.543.297	3.668.208
Percentual de gastos com pessoal - Poder Legislativo	1,00%	0,98%	0,92%	0,85%	0,89%	0,88%
Limite máximo de gastos com pessoal - Consolidado (60%)	222.180.531	222.584.020	232.647.143	226.460.743	239.541.302	249.218.945
Gastos com pessoal - Consolidado (12 meses)	170.735.989	177.196.961	180.257.137	184.001.160	190.175.355	194.843.627
Percentual de gastos com pessoal - Consolidado	46,11%	47,77%	46,49%	48,75%	47,63%	46,91%

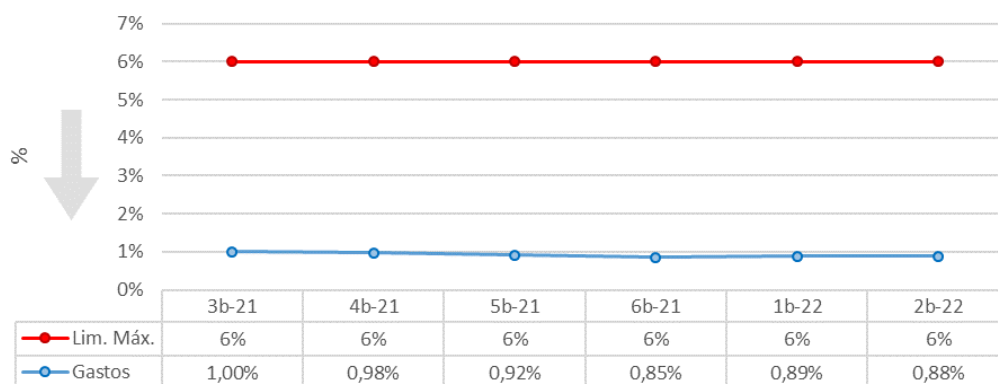
Pode-se observar na tabela acima e pelo gráfico abaixo, que o Poder Executivo Municipal cumpriu o limite máximo de gastos com pessoal (abaixo de 54,0%). Fazendo a verificação do percentual gasto apenas no que se refere ao limite prudencial (51,3%) o resultado ficou 5,27% abaixo.



De acordo com o gráfico acima é possível observar que havia uma tendência de alta do índice nos primeiros quatro períodos (de 3b-21 até 6b-21) dos gastos com pessoal do poder executivo, no entanto no 1b-22 houve uma inversão modesta da tendência, com uma redução de 1,15% comparado com o 6b-21, resultando em um índice final de 46,75% de gastos com pessoal. No período 2b-22 continuou a ter uma queda no índice no valor de 72 Bps.

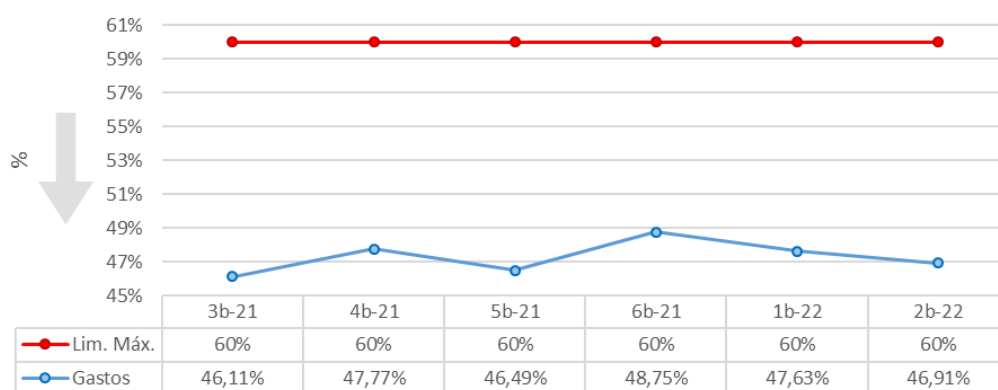
Vale ressaltar que os gastos em valores absolutos com a folha alcançaram o maior volume financeiro dos últimos 12 meses (R\$ 191,175 milhões) neste 2b- 22.

Gastos com Pessoal - Legislativo



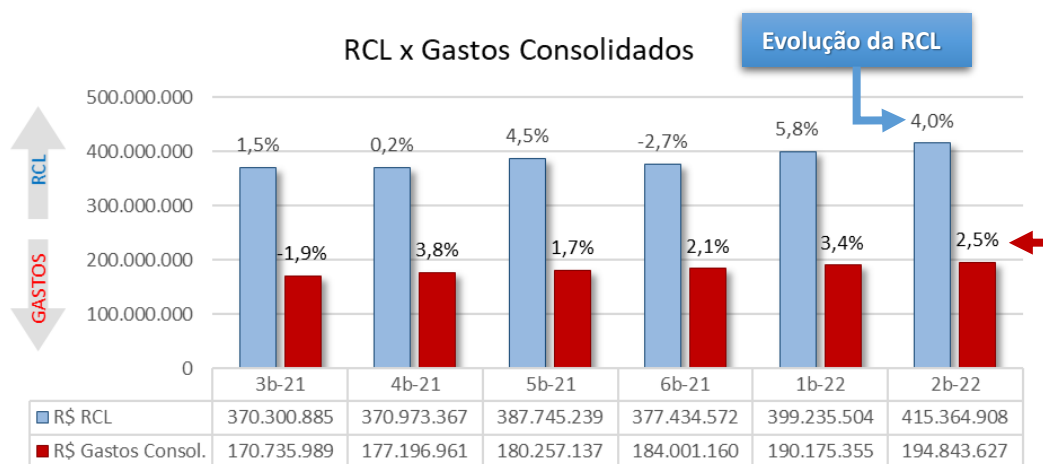
Com relação aos gastos do Legislativo, o índice continua bem abaixo do limite, não necessitando de nenhuma atuação no momento.

Gastos com Pessoal - Consolidado



Nas informações consolidadas, o índice ficou 13,09% abaixo do limite máximo permitido. A título de informação o resultado deste bimestre ficou abaixo da média anual que foi de 47,27%.

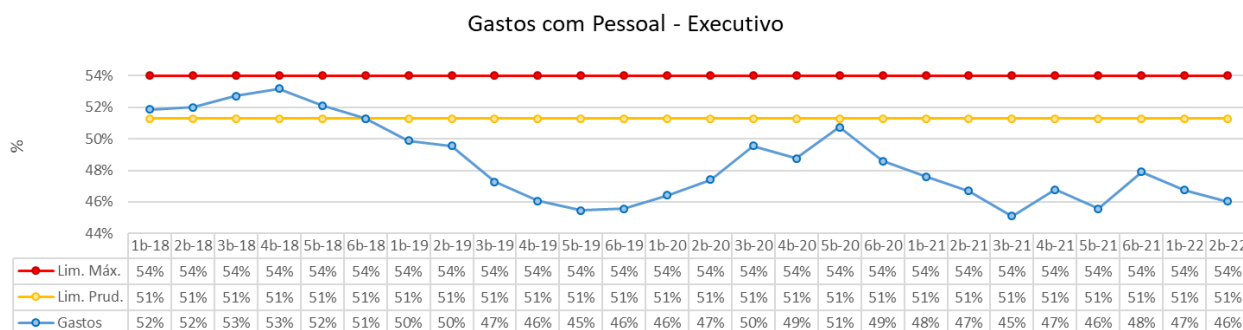
RCL x Gastos Consolidados



No gráfico acima é possível verificar o comportamento percentual da evolução da RCL e dos Gastos Consolidados comparando com os períodos anteriores. No 3b-21 houve um aumento na RCL (1,5%) e uma redução

significativa nos gastos (-1,9%). No 4b-21 houve um pequeno aumento da RCL (0,2%) enquanto que o aumento com os gastos foi de 3,8%, o maior aumento dos últimos 3 bimestres. No 5b-21 houve um aumento de 4,5% na RCL enquanto a evolução dos gastos foi de 1,7%. No fechamento do exercício, ou seja, no 6b-21 a RCL houve uma redução de -2,7% enquanto os gastos tiveram um aumento de 2,1%. No 1b-22 a RCL teve o maior aumento da série em análise (5,8%) seguido do segundo maior aumento da evolução dos gastos. No 2b-22 houve um aumento de 4% na RCL contra um aumento de 2,5% nos gastos com pessoal.

Apesar do resultado atual ser considerado benéfico para o alcance dos limites constitucionais, deve-se continuar monitorando os dados e tomar medidas, caso necessário, para que não ocorra novamente uma possível entrada no limite prudencial como ocorreu em um passado recente. O gráfico abaixo retrata o histórico desde 2018 do índice de gastos com pessoal do poder executivo.



2.2 LIMITE DA DÍVIDA PÚBLICA

De acordo com Resolução nº 40/2001, do SF, art. 1º, §1º, inciso V. a Dívida Consolidada Líquida é: a dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

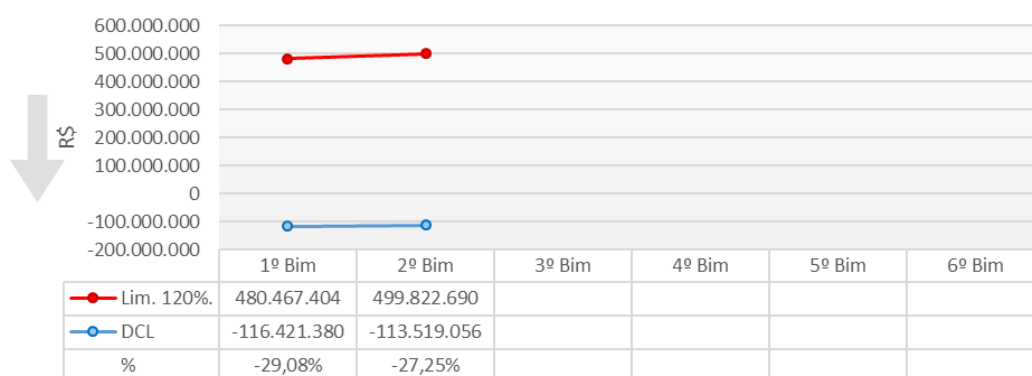
Possui como limite definido na mesma Resolução em seu Art. 3º: A dívida consolidada líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de publicação desta Resolução, não poderá exceder, respectivamente, a: ... II - no caso dos Municípios: a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida ...

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2020
Dívida Consolidada	36.423.644	34.997.023					37.812.831
Deduções (Disp. de Caixa - Rest. Pag. Proces.)	152.845.024	148.516.079					112.030.879
Dívida Consolidada Líquida	-116.421.380	-113.519.056					-74.218.047
Receita Corrente Líquida Ajustada	400.389.504	416.518.908					378.588.572
Limite Definido pelo Senado Federal (120% da RCL)	480.467.404	499.822.690					454.306.287
% da DCL de Navegantes sobre a RCL	-29,08%	-27,25%					-19,60%

Fonte: RGF Anexo 2

Observa-se na tabela acima, que o Município não atinge o limite da dívida pública definido pelo Senado Federal. O limite é consideravelmente alto e o endividamento municipal pode ser considerado baixo.

Dívida Consolidada Líquida



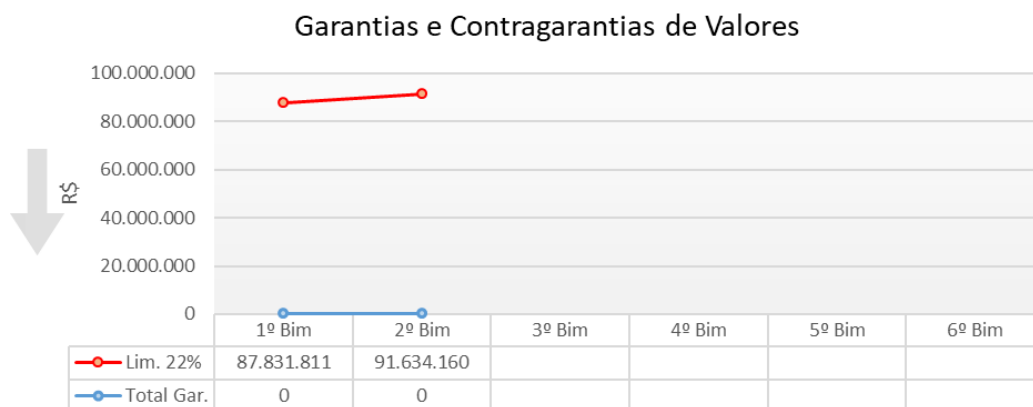
2.3 GARANTIAS E CONTRA GARANTIAS DE VALORES

O Demonstrativo informa os valores das garantias concedidas pelo ente na contratação de operações de créditos pelos garantidos. Este demonstrativo visa a assegurar a transparência das garantias oferecidas a terceiros por Ente da Federação e verificar os limites de que trata a LRF, bem como das contra garantias vinculadas, decorrentes das operações de crédito internas e externas.

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2020
Receita Corrente Líquida Ajustada	399.235.504	416.518.908					378.588.572
Limite Definido pelo Senado Federal (22% da RCL)	87.831.811	91.634.160					83.289.486
Total de Garantias Concedidas pelo Município	0	0					0
% das Garantias de Navegantes sobre a RCL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: RGF Anexo 3

Conforme preconiza o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, o saldo global das garantias concedidas pelos Estados, DF e Municípios não poderá exceder a 22% (vinte e dois por cento) da RCL. Como até o momento não houve nenhuma garantia concedida não há nenhuma preocupação com relação ao não atendimento das diretrizes da LRF.





2.4 LIMITE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

O demonstrativo visa assegurar a transparência das operações de crédito contraídas pelo Ente da Federação e verificar os limites de que trata a LRF e as Resoluções do Senado Federal.

O Senado Federal estabeleceu o limite do montante global das operações de crédito dos entes da Federação, da seguinte forma: Para os estados, DF e municípios 16% da RCL em cada exercício financeiro.

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Receita Corrente Líquida Ajustada	400.389.504	416.518.908				
Limite Definido pelo Senado Federal (16% da RCL)	64.062.321	66.643.025				

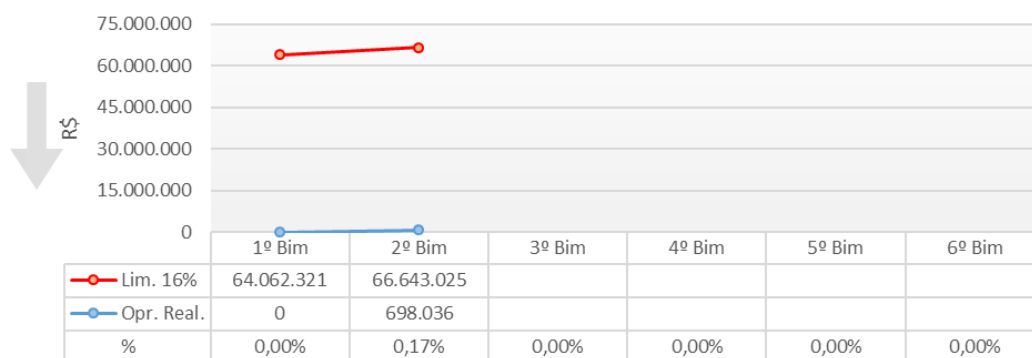
Total de Operações de Crédito realizadas	0	698.036				
--	---	---------	--	--	--	--

% das Opr. Crédito sobre o Limite Definido pelo Senado	0,00%	0,17%				
--	-------	-------	--	--	--	--

Fonte: RGF Anexo 4 / RREO Anexo 9

Observa-se nos demonstrativos acima que o Município de Navegantes está abaixo do limite permitido para as operações de crédito no período.

Limite de Operações de Crédito



2.5 DOS GASTOS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE:

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com a MDE por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

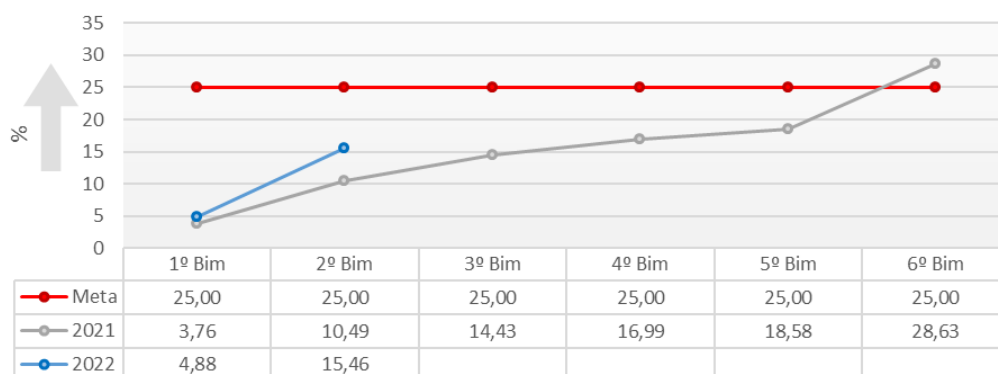
O Demonstrativo tem por objetivo demonstrar e avaliar o cumprimento dos limites mínimos de aplicação em MDE, do percentual da receita de impostos destinada ao FUNDEB, do limite mínimo de aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração do magistério da educação básica, bem como apresentar informações para fins de controle pelo governo e pela sociedade.

Aplicação de 25% da Receita de Impostos (art. 212 CF)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
32 - Total das Despesas para Fins de Limite	2.777.634	15.654.053				
3 - Total das Receitas com Impostos	56.898.517	101.268.147				
Valor Mínimo a ser Aplicado (25% das Receitas com Impostos)	14.224.629	25.317.037	0	0	0	0
Valor Acima/Abaixo do Limite (25%)	-11.446.996	-9.662.983	0	0	0	0
Percentual Aplicado 2022	4,88	15,46				
Meta 2022	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00
Percentual Aplicado 2017	10,28	13,57	21,38	24,28	24,12	27,06
Percentual Aplicado 2018	12,00	17,20	22,34	24,48	23,46	25,55
Percentual Aplicado 2019	6,57	14,91	17,86	21,22	21,69	27,96
Percentual Aplicado 2020	7,00	23,69	31,71	28,04	25,83	27,45
Percentual Aplicado 2021	3,76	10,49	14,43	16,99	18,58	28,63

Fonte: RREO Anexo 8

Pelos dados apresentados acima, fica evidenciado que o Município ficou com o percentual de aplicação dos recursos neste bimestre bem abaixo da meta. Com os dados deste bimestre, o Município conseguiu obter um resultado financeiro negativo de R\$ -9,662 milhões abaixo da meta, o que resultou em uma aplicação de apenas 15,46% e com isso não está sendo cumprido o disposto no artigo 212 da Constituição Federal, que define a aplicação mínima de 25,00% da Receita resultante de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção do desenvolvimento do ensino.

Limite Constitucional - Educação



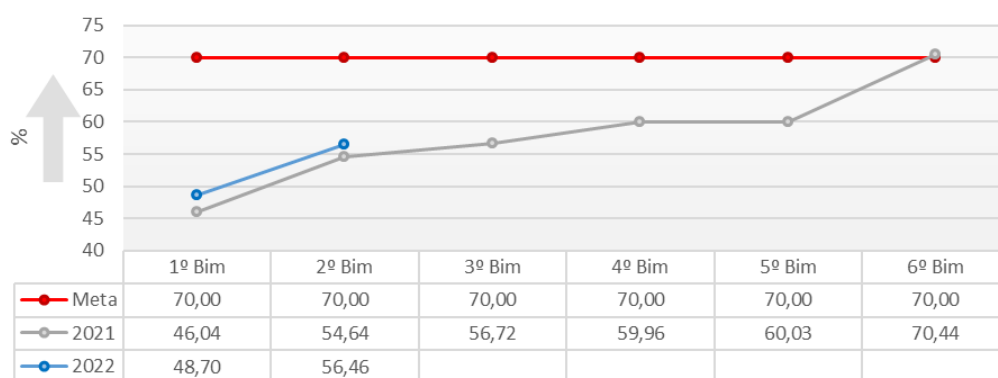
Este mesmo comportamento ocorreu no exercício do ano anterior, onde nos primeiros bimestres não foi alcançado a meta estabelecida, mas no decorrer do exercício o Município foi aumentando os investimentos nesta área e acabou superando a meta (limite mínimo) no final do ano. No entanto o resultado apresentado no segundo bimestre está um pouco acima se comparado com o exercício anterior.

Aplicação mínima de 70% dos recursos do FUNDEB (Art. 212-A, inciso XI e § 3º - CF/88)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
6 - Receitas Recebidas do FUNDEB	21.621.433	41.454.021				
70% das Receitas Recebidas do FUNDEB	15.135.003	29.017.814	0	0	0	0
13- Total das Despesas do FUNDEB com Profis. da Edu. Básica	10.529.048	23.404.600				
Valor +/- Aplicado da Rec. do FUNDEB c/ Profis. da Edu. Básica	-4.605.955	-5.613.215	0	0	0	0
Percentual Aplicado 2022	48,70	56,46				
Meta 2021	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00
Percentual Aplicado 2017	77,42	81,84	85,75	85,71	79,30	76,51
Percentual Aplicado 2018	54,13	59,87	62,39	62,62	59,42	60,70
Percentual Aplicado 2019	46,02	51,18	53,25	57,41	59,26	64,12
Percentual Aplicado 2020	58,37	66,46	70,08	72,25	72,04	73,24
Percentual Aplicado 2021	46,04	54,64	56,72	59,96	60,03	70,44

Fonte: RREO Anexo 8

Com relação as despesas do FUNDEB, conclui-se que pelos valores despendidos com profissionais da educação básica, o Município aplicou 56,46% do total de recursos disponíveis, ou seja, valor abaixo da meta que é de 70% conforme disposto no Artigo 212-a, inciso XI e §3º da CF/88.

Aplicação mínima de 70% - FUNDEB



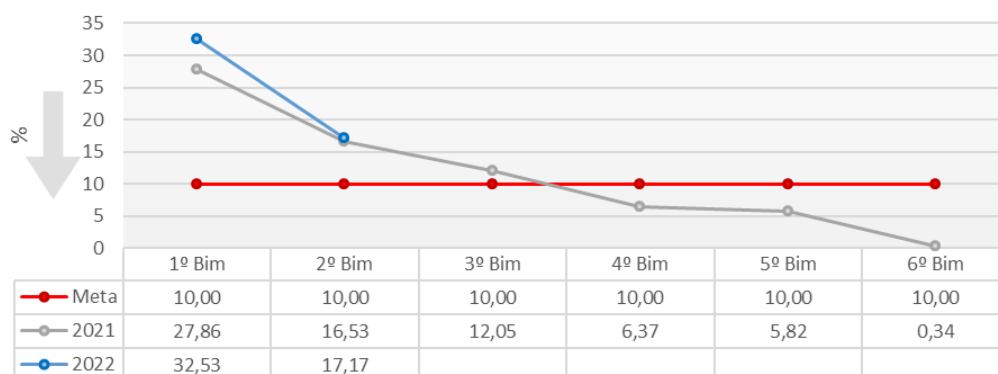
De acordo com o gráfico acima apresentado, é possível verificar o histórico deste índice, o qual o comportamento se repete em todos os exercícios, ou seja, no início os resultados são bem abaixo da meta, mas no decorrer dos bimestres os índices vão melhorando gradativamente.

Máximo de 10% de Superávit (Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
9 - Total dos recursos do FUNDEB dispon. para utilização (6+8)	21.914.106	41.746.011				
12 - Total das despesas com recursos do FUNDEB (10+11)	14.881.222	34.664.125				
Valor não aplicado (n) (9-12) - Liquidado	7.032.885	7.116.624	0	0	0	0
Valor máximo permit. (10% de 6-Receitas Recebidas do FUNDEB)	2.162.143	4.145.402	0	0	0	0
Máximo de 10% não Aplicado no Exercício (Valor ñ aplicado / 6 - Rec. Recebidas) - 2022	32,53	17,17				
Meta 2022	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
Percentual Aplicado 2018	9,30	-0,49	-5,02	-5,66	-0,17	3,34
Percentual Aplicado 2019	22,16	21,85	15,95	3,58	4,83	1,36
Percentual Aplicado 2020	16,47	-2,20	0,54	0,54	2,08	1,39
Máximo de 10% não Aplicado no Exercício 2021	27,86	16,53	12,05	6,37	5,82	0,34

Fonte: RREO Anexo 8

Com relação a não aplicação máxima de 10% dos recursos provenientes do FUNDEB, o resultado neste bimestre está acima do limite definido, com índice de não aplicação de 17,17%.

Máximo de 10% de Superávit - FUNDEB



De acordo com o gráfico apresentado, é possível verificar o comportamento deste índice neste bimestre ficou acima da meta, o que é negativo. Vale ressaltar que este índice também sofreu alterações em 2021, onde foi alterado para um índice de 10% de não aplicação no exercício.

Historicamente nos primeiros bimestres do exercício os resultados ficam distante da meta, no decorrer dos demais períodos o índice vai sendo atingido e se mantém até o final do exercício, com isto cumprindo o disposto no Art.25, § 3º da Lei nº 14.113, de 2020.

2.6 DOS GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE:

A Lei Complementar nº 141/2012 regulamentou o § 3º do art. 198 da Constituição Federal ao dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde, onde em seu art. 7º informa que os Municípios aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos.

Aplicação de 15% da Receita com Impostos com Saúde	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Total das Despesas com *ASPS (XII) = (XI)	6.828.882	16.843.954				
(XIII-XIV-XV) Total das deduções consideradas para fins de limite	0	0				
(XVI) Total das despesas para efeito de cálculo	6.828.882	16.843.954				
(III) Total das receitas com impostos (base de cálculo para a saúde)	56.907.884	101.284.253				
Valor mínimo a ser aplicado (15% das receitas com impostos)	8.536.183	15.192.638				
Valor acima/abaixo do percentual de 15% das receitas com impostos	-1.707.301	1.651.316				
Percentual aplicado 2022	12,00	16,63				
Percentual mínimo a ser aplicado 2022	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
Percentual aplicado acima/abaixo 2022	-3,00	1,63	-15,00	-15,00	-15,00	-15,00
Percentual aplicado 2017	13,01	18,06	20,22	22,17	22,68	24,20
Percentual aplicado 2018	15,05	20,13	21,82	23,63	24,38	25,03
Percentual aplicado 2019	15,47	21,17	23,69	24,16	24,43	26,20
Percentual aplicado 2020	12,45	21,26	25,82	27,03	26,18	26,30
Percentual aplicado 2021	12,76	17,59	20,19	21,66	21,73	24,65

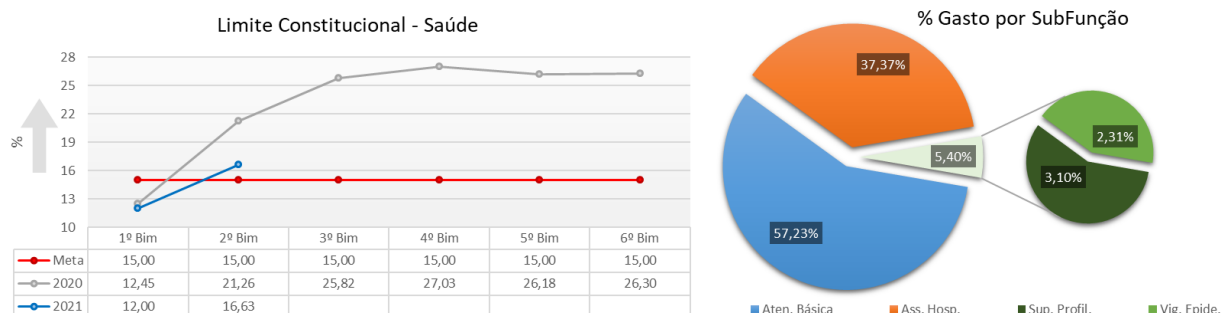
Fonte RREO ANEXO 12 / *ASPS (Ações e Serviço Público de Saúde)

Como pode ser evidenciado nos dados acima apresentados, o Município aplicou de recursos próprios em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), o montante de R\$ 16,843 milhões. Realizando a dedução dos valores que não são considerados para o cálculo do limite constitucional, o resultado foi de 16,63% de aplicação da receita proveniente de impostos no período. Desta forma, fica evidente que o Município ficou acima do limite constitucional



de 15%, CUMPRINDO o disposto no Artigo 198, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 77, do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Vale mencionar que para efeito do cálculo deste índice, nos cinco primeiros bimestres são utilizados os valores liquidados, e apenas no sexto bimestre é utilizado os valores empenhados.



De acordo com o gráfico acima, é possível verificar o comportamento atual do índice e também do seu histórico, onde no início dos exercícios este índice não é alcançado, mas no decorrer dos bimestres o percentual aumenta significativamente acima da meta e se mantém até o final do exercício.

2.7 MECANISMOS DE AJUSTE FISCAL

A EMC-109 de 15/03/2021 altera os arts. 29-A, 37, 49, 84, 163, 165, 167, 168 e 169 da Constituição Federal e os arts. 101 e 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 164-A, 167-A, 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G; revoga dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui regras transitórias sobre redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19.

O Mecanismo de Ajuste visa em seu texto constitucional, a necessidade de todos os entes da Federação cumprirem META DE SUPERÁVIT FISCAL DE PELO MENOS 5% das receitas correntes, além da expressa submissão de todas as políticas necessárias ao desenvolvimento socioeconômico, atendimento aos direitos sociais e manutenção do Estado, as quais ficarão subordinadas ao privilégio dos gastos financeiros com a chamada dívida pública, que passa a ter prioridade absoluta.

Valor dos Últimos 12 meses	3º Bim/21	4º Bim/21	5º Bim/21	6º Bim/21	1º Bim/22	2º Bim/22
Despesas Correntes Empenhada	274.531.284	296.607.863	298.454.710	312.784.220	341.453.856	361.286.610
Receitas Correntes	409.429.287	411.763.572	431.177.340	421.219.799	456.271.626	477.010.316
% DC / RC	67%	72%	69%	74%	75%	76%

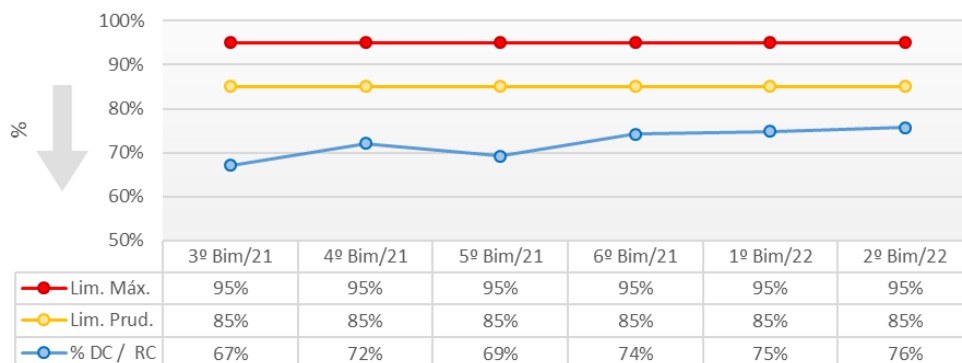
Limite prudencial	85%	85%	85%	85%	85%	85%
Limite máximo	95%	95%	95%	95%	95%	95%

RREO - Anexo 1 (despesa corrente empenhada) e Anexo 3 (receita corrente)

Pelo quadro acima é possível verificar que a relação entre Despesa Corrente e Receita Corrente neste bimestre ficou em 76%, ou seja, 9% abaixo da meta do limite prudencial.



Mecanismo de Ajuste Fiscal



De acordo com o gráfico, neste bimestre houve um aumento no índice em comparação com o bimestre anterior, o que significa que o índice se aproximou mais um pouco dos primeiros gatilhos para acionar as possíveis medidas de ajuste fiscal que se iniciam ao alcançar o limite prudencial.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne às metas fiscais e resultados finais obtidos pelo Município de Navegantes, observa-se que o Município alcançou resultados favoráveis no encerramento do 1º quadrimestre do exercício de 2022, como por exemplo, o atingimento das metas de arrecadação, o resultado orçamentário, dos resultados primário, dos resultados nominais, limites de endividamento, operações de crédito, gastos com pessoal, bem como a aplicação mínima em ações e serviços de públicos de saúde. No entanto alguns outros indicadores ainda precisam de esforços para seu alcance, tais como o máximo de 10% não aplicado dos recursos do FUNDEB, aplicação mínima em manutenção e desenvolvimento do ensino (25% da Educação) e o mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB a ser utilizado com a folha de pagamento dos profissionais da educação básica.

Navegantes, 21 de junho de 2022.

Edinéia Bett Santiago
Contadora

Nathalie Renatha de Castilhos Domanski
Contadora

Rodrigo Lopes da Silva
Contador

Fernando Sedrez Silva
Secretário de Gestão e Controle